

CAMPUS

ESTILO DE VIDA

MÉTODO DEROSE

Escola de ioga tem práticas controversas e recebe críticas de ex-alunos

SAÚDE

GRAVIDEZ ESCONDIDA

Mulheres omitem a gestação até um mês antes do parto e não fazem pré-natal

REAPROVEITAMENTO

GASTRONOMIA

Cardápios minimizam o desperdício de alimentos nos restaurantes de Brasília

ALANA MARTINEZ



ESCOLAS RECHAÇAM AUTISTAS

Instituições privadas do Distrito Federal dificultam a matrícula de crianças com a síndrome

CARTA DO EDITOR

Thaísa Oliveira
Editora-chefe

A exemplo da edição passada, o **Campus** segue falando de acessibilidade e inclusão: metade das páginas deste número traz matérias relacionadas a minorias sociais. Na reportagem de capa, damos destaque à denúncia de pais sobre as dificuldades de matricular os filhos autistas em colégios particulares do Distrito Federal. Já na página 8, trazemos ao debate o sexismo nas escolas: rosa para meninas e azul para meninos ainda é a regra para muitos professores.

Apesar dos problemas identificados, resgatamos nesta edição dois exemplos inspiradores. A página 12 conta a história dos medalhistas de *goalball* — modalidade de esporte para deficientes visuais — Jéssica Vitorino e Leomom Moreno, eleito melhor atleta paralímpico do país em 2014. Cresce ainda o número de programas culturais com intérpretes de Libras e a demanda por novos profissionais no DF.

No encarte, o leitor encontra o especial sobre o méto-

do DeRose, que promete “alta performance e qualidade de vida” para seus praticantes. Entrevistamos antigos alunos da escola e apuramos as polêmicas que envolvem o grupo e seu idealizador. Afinal, o que existe por lá além da ioga? E, por falar em qualidade de vida, na matéria “Excesso de bem faz mal” discutimos a preocupação exagerada com a alimentação saudável: a ortorexia já é considerada o distúrbio alimentar da atualidade.

De Brasília, trazemos experiências de restaurantes de gastronomia sustentável, que primam pela utilização total dos alimentos e encontram em cardápios criativos a fórmula para reduzir o desperdício. Conversamos ainda com casais que também precisaram de criatividade para dizer “Sim” no altar. Há noiva comprando vestido em site chinês e (muita) festa comunitária de casamento à base de doações e empréstimos. E, apesar da crise... Nosso jornal-laboratório segue nas ruas com 45 anos nas costas.

**Feminino de ombudman, termo que significa “provedor de justiça”, a ombudskvinna discute a produção dos jornalistas a partir da perspectiva do leitor.*

OMBUDSKVINNA*

Amanda Venício

Na segunda edição do **Campus** deste semestre, a proposta de manter uma unidade entre os conteúdos no jornal é mantida. Dessa vez, o tema é Distrito Federal, e a equipe conseguiu trazer pautas diferentes, mas complementares, da interrupção do fornecimento de alimentos para instituições de assistência social ao número de desaparecidos na cidade.

Analisar um jornal cujo conteúdo surpreende pela qualidade dificultou a vida desta ombudskvinna, que teve que reler e reler o material à procura de detalhes a serem melhorados. Constato que, embora o cuidado na elaboração de pautas e na produção do texto sejam evidentes, ainda é preciso caprichar mais na revisão.

Para começar, a reportagem da manchete apresenta a palavra “excessão” em vez de exceção. Além disso, o encarte está com a data de setembro. Em “A rádio de todos”, o que era para ser “vocês”, em espanhol, virou “vocês”. Em “É pre-

ciso prevenir”, a ilustração com dados sobre suicídio traz, em caixa alta, a palavra “Infográfico” no meio da imagem. A matéria também teria se beneficiado de um personagem sobrevivente de suicídio, que pudesse contar sua história e tornar o assunto, tão delicado, mais palpável para o leitor.

O depoimento de um morador que pudesse falar sobre como os erros na implementação do Noroeste afeta o seu cotidiano também fez falta na matéria “Selo verde questionável”. Na reportagem, um trecho ficou confuso: “Renata Silva, arquiteta de uma das construtoras que atua na região e para ela a norma do bairro peca...”.

Cuidado com repetições: em “Impedidos”, a palavra *time* aparece 17 vezes, frequentemente uma atrás da outra. Além disso, o uso da capitular na página de “É preciso prevenir” foi diferente do empregado no restante do jornal. Não há padronização na forma como a idade dos personagens aparece: “71 anos”, “de 65 anos” e “50”.

NA FILA

Nas filas do Restaurante Universitário, perguntamos a opinião dos estudantes sobre a iniciativa da presidente Dilma Rousseff e do governador Rodrigo Rollemberg de reduzirem seus próprios salários.



Breno Lobo
Matemática

“Os políticos deveriam ganhar um salário mínimo. Eles não estão em um emprego, mas sim em um cargo temporário de representação.”

Juliana Trajano
Artes plásticas



“O país está em crise e são os políticos os que mais ganham. É injusto com a gente que ganha pouco ter que pagar pelo aumento de tarifas.”



Wesley Sodré
Engenharia mecatrônica

“Essa diminuição é uma questão de marketing. Eles tiram muito mais do governo depois por fora, sem a população saber.”

Vanessa Silva
Administração



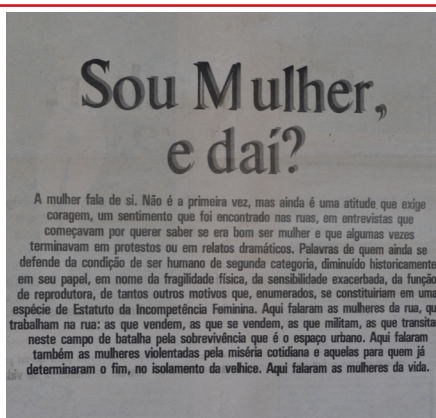
“Os políticos deveriam estar gerindo o país bem, mas não estão fazendo isso. Eles não estão merecendo os salários que têm, devem reduzir mesmo.”

MEMÓRIA

Em 1988, o **Campus** publicava o suplemento especial “Mulher: corpo, violência”, assinado pelos estudantes Marden Elias, Regina Prata, Cristina Lemos, Luis Martins, Susana Molina, Fernando Marques, Denise Alves, Carolina Segura e Marilda Vargas. O trabalho trazia matérias que contestavam a representação feminina na imprensa brasileira e dava destaque ao manifesto “Sou Mulher, e daí?”, que reunia depoi-

1988

mentos instigados “por querer saber se é bom ser mulher” e protestavam contra o “Estatuto da Incompetência Feminina”. Nesta edição 428 do **Campus**, 306 números depois, a mulher continua falando de si. Desta vez, ouvimos meninas que vivenciam atitudes sexistas nas escolas onde estudam e mulheres que esconderam a gravidez. Como na edição 122, não foi a primeira vez, mas continua sendo uma atitude que exige coragem.



EXPEDIENTE

Editora-chefe: Thaísa Oliveira
Editores: Ana Carolina Bordini, Anna Caroline Magalhães, Felipe Sousa Alves, Loyane Alves, Ludimila Mamedes, Mayna Ruggiero e Tatiana Vaz
Repórteres: Ana Carolina Fonseca, Beatriz

Queiroz, Carina Ávila, Isabelle Marie, Maria Letícia Melo, Luana Pereira, Rafaella Panceri, Raphaela Caixeta, Renan Xavier, Tássia Saraiva e Yasmim Perna
Fotógrafas: Alana Martinez e Ana Gabriela Braz
Projeto Gráfico: Amanda Venício, Anna Luiza Félix, Bárbara Cruz, Bianca Marinho, Luiza Antonelli, Maria

Paula Abreu, Matheus Bastos, Wenderson Oliveira, Raphaela Caixeta e Renan Xavier
Monitoras: Maria Paula Abreu e Mariana Lozzi
Professor: Solano Nascimento
Jornalista: José Luiz Silva
Gráfica: Coronário

**Jornal-laboratório da
Faculdade de Comunicação da
Universidade de Brasília**

NUTRIÇÃO

EXCESSO DE BEM FAZ MAL

Considerada o comportamento alimentar da atualidade, a ortorexia é caracterizada pela preocupação exagerada com a alimentação

MARIA LETÍCIA

Desde que começou a reeducação alimentar, Eduardo Sales Souza, de 22 anos, mantém rotina alimentar marcada por inúmeras restrições. O que era uma simples mudança de hábitos alimentares se tornou um transtorno caracterizado pela excessiva preocupação pela alimentação saudável. Depois de perder quase 80 quilos em menos de um ano, o jovem ainda controla cada caloria ingerida. Os cuidados com a alimentação não deixam lugar para alimentos considerados não saudáveis, mesmo em datas comemorativas e passeios com amigos ou familiares. “Quando saio, só como se forem comidas saudáveis. Se não tiver, faço a refeição antes em casa. Dia destes fui para um rodízio de pizza com amigos, mas apesar de ficar com vontade não comi nada. Penso que se eu cair em tentação um dia apenas vou tropeçar em outros também”, declara.

O jovem, que antes pesava 145 quilos, hoje marca 68 quilos na balança. O processo de emagrecimento começou depois de ser diagnosticado com um quadro de pré-diabetes. Hoje, todas as refeições do dia são planejadas pela manhã, período em que faz o jejum – apenas uma fatia de pão integral sem manteiga, com uma fruta e chá para acompanhar. Às vezes, o pão pode ter patê de atum, que ele mesmo prepara. No celular, conta com um aplicativo de nutrição, assunto sobre o qual busca se manter constantemente informado.

Com quase 20 quilos a menos do que o considerado como o ideal por sua nutricionista para os seus 1,88 metro de altura, Sales precisa engordar 10 quilos para realizar uma cirurgia chamada de abdominoplastia, para a retirada da pele em excesso que restou devido ao processo de emagrecimento. Aumentar o peso e se manter nele, no entanto, não têm sido fácil. “Gosto de contar as calorias e analiso o rótulo de todos os alimentos. Como, no máximo, 1.500 calorias por dia. Eu sei que é pouco, mas prefiro comer só isso com medo de engordar. O problema é que

eu preciso engordar. É estranho”.

Casos como o de Sales não são tão incomuns. O quadro relatado por ele se encaixa nos sintomas da ortorexia, comportamento psicológico associado à alimentação caracterizado pela obsessão pela alimentação saudável. O termo, que deriva das palavras gregas orthos (correto) e orexis (apetite), foi criado pelo médico norte-americano Steven Bratman, em 1997, com o lançamento do livro *Health Food Junkies* (Viciados em comida saudável, em tradução livre), e ainda não foi reconhecido oficialmente como transtorno alimentar.

Em áudio enviado ao **Campus** pela Associação Brasileira de Nutrologia, a diretora científica do Departamento de Transtornos do Comportamento Alimentar da instituição, Maria Del Rosário, explica que o diagnóstico do distúrbio é difícil. “As pessoas que apresentam ortorexia se acham super saudáveis e não reconhecem que têm um problema. Geralmente, são os familiares que os trazem para a consulta com o nutrólogo”, fundamenta. “Observamos na prática clínica ambulatorial que algumas pessoas com ortorexia já tiveram no passado outro distúrbio alimentar, obesidade, ou apresentam um transtorno obsessivo compulsivo que também vai precisar de medicação específica”, analisa.

No caso de Sales, apesar de a saúde ter sido o principal fator que desencadeou o processo, a insatisfação com o corpo foi outra razão para a mudança de hábitos alimentares. “Eu não saía para comprar roupas. Tinha vergonha de ir a lojas e ter que responder qual a numeração eu vestia. Já cheguei a usar 65. Agora, visto 42”, relata.

Segundo Del Rosário, quando atingem estágios avançados do transtorno as pessoas passam a ignorar o lado social, deixando de sair com amigos e familiares para não correr o risco de sair da dieta. A especialista ressalta que um dos fatores que agrava o quadro de casos do distúrbio no país é a



Eduardo Sales perdeu 80 quilos e atualmente come comidas saudáveis antes de sair com os amigos para não cair em tentação e ficar arrependido por ter escapado da dieta

influência da mídia. “Existe uma pressão social midiática para que as pessoas tenham um corpo perfeito, o que tem interferido diretamente no modo como as pessoas se enxergam e no que acham que é correto e o ideal para sua saúde”, argumenta.

Karen Carolina da Silva, nutricionista formada pela Universidade de Brasília, destaca que o fenômeno do terrorismo alimentar pode ser um dos responsáveis pelo aparecimento da desordem no cenário social. “A rotulagem dos alimentos é recorrente. Ou o alimento é visto como veneno ou como remédio, não existe meio termo”, considera.

De acordo com a psicóloga brasileira Lia Clerot, a autocobrança excessiva pode ser uma das razões relacionadas ao desenvolvimento do transtorno. “O excesso de demandas para ser magra, o desejo de controlar o organismo totalmente por meio de alimentação devido à fobia de ter al-

guma doença ou questões psicológicas adquiridas em algum momento delicado da vida, como separação familiar, frustrações profissionais ou traumas emocionais que afetam a autoestima da pessoa, podem ser fatores de risco”, indica.

Karen Silva frisa que o corte de grupos alimentares das refeições pode ocasionar efeitos colaterais como estresse, mudanças de humor, e carências nutricionais. “O ideal é não restringir nenhum grupo alimentar, a não ser que haja justificativa para isso, como alergia ou intolerância - não por causa de modismos alimentares”.

Ela explica que os indivíduos que apresentam o transtorno devem procurar nutricionista, psicólogo e psiquiatra, dependendo do caso: “O tratamento deve desmistificar o conceito sobre alguns alimentos, verificar se há carência alimentar, as razões psicológicas por trás do comportamento e avaliar a necessidade de medicação”. ♦

ANA GABRIELA BRAZ

ECONOMIA

CASANDO COM A CRISE

Cerimônias mais simples e compras online são opções para noivos que não querem deixar de lado o sonho do casamento

BEATRIZ QUEIROZ

Muitas pessoas sonham com o toque da marcha nupcial e comemorações memoráveis no casamento, e nem a crise econômica afasta essa ideia. Por isso, alguns casais buscam alternativas cada vez mais criativas e econômicas para burlar os aumentos e comemorar a data. Diminuir a lista de convidados, comprar objetos usados e apostar no 'faça você mesmo' são algumas das manobras utilizadas pelos noivos.

A arquiteta Marina Marinho casou em julho na cidade de Pirinópolis (GO). Ela escolheu o lugar por querer fazer a cerimônia perto da natureza, mas pode desfrutar de fornecedores locais, o que ajudou a economizar. "Todo mundo falava que eu não conseguiria casar com menos de R\$100 mil, e eu consegui", conta Marinho.

Canais no youtube e páginas que ensinam 'faça você mesmo' têm sido um dos principais aliados das noivas. Elas encontram o que querem e colocam para trabalhar todos que estão dispostos. Marinho disse que a mãe ajudou bastante. "Ela pinta porcelana e decidi que todos os centros de mesa seriam obras da minha mãe", explica a arquiteta, que também usou as técnicas de 'faça você mesmo' e o que aprendeu na faculdade para fazer o convite, adesivos dos bem-casados e das lembrancinhas, menu, porta-guardanapos e os lencinhos da alegria, que são distribuídos na cerimônia para que as mulheres não borrem a maquiagem ao chorar.

O 'faça você mesmo' também foi uma das saídas da enfermeira Rachel Veras. Ela diz que tentou fazer a maioria das coisas que a internet ensina, mas aponta que nem sempre os valores compensam. Ela encomendou os convites de São Paulo, onde saíram 75% mais baratos que em Brasília. "As coisas estão muito caras. Juntando o preço do papel, com gastos de impressão e tempo gasto, não compensava."

Veras apostou nas pesquisas para encontrar os valores mais baixos. Ela vai de loja em loja, olha tudo, anota os

preços e volta na semana seguinte para fazer o mesmo e comparar os valores. Também costuma virar noites atualizando sites em busca de promoções. E foi assim que a enfermeira encontrou um topo de bolo por menos da metade do preço estimado, uma promoção para bolo e doces e o vestido da daminha. "Foi tudo batendo perna mesmo". Ela também explica que "se os preços não abaixarem e for algo que só a noiva vai reparar, é possível cortar".

Mesmo apostando nas pesquisas para economizar, Veras necessitou de mais aperto. Ela explica que precisou adiar o casamento porque não conseguiria pagar tudo até o dia da cerimônia – que é o prazo máximo dado por grande parte dos fornecedores. "Ficou impossível pagar o casamento inteiro até dezembro. Então a gente teve que mudar a data, porque começou a apertar, exatamente por causa da crise. A gente fechou alguns contratos, mas nenhum colocava o pagamento para depois da data."

Casais também têm optado por recepções menores, mais intimistas e simples. Rachel Veras fala que fechou uma lista de cem convidados e que a maioria são familiares. Ela e o noivo escolheram um restaurante para fazer a festa e conseguiram um valor promocional em

que o espaço não era cobrado. Segundo a noiva, o contrato inclui muitas vantagens e é econômico, mas hoje pesa no orçamento. Por isso, o casal pensa em renegociar o pacote para que cada convidado pague sua parte no buffet.

Após aproximadamente um ano de pesquisas e orçamentos, a depiladora Luana Fernandes escolheu não fazer uma festa. Ela sugeriu para o noivo casar no civil e fazer um chá para reunir a família, e ele topou. "Assumir uma conta muita alta, como uma festa de casamento, assusta. Eu trabalho no comércio, o movimento teve uma baixa. Dá aquele frio na barriga."

Desde então Fernandes começou a fazer mais pesquisas e encontrou o anúncio de desapegos do noivado e do chá-bar de uma noiva. Ela comprou baú de madeiras, bandejas, letras de mdf, kit de piquenique de uma noiva e garrafas de cerveja limpas de outra. Fernandes conta que está fazendo o possível para economizar e pretende ter uma recepção "bem íntima, simples e aconchegante".

NEGÓCIO DA CHINA

Adriane Ribeiro e Rachel Veras optaram por comprar os vestidos de noiva num site chinês. Conhecido pelos pequenos preços, o portal vende de tudo

um pouco: roupas, sapatos, eletrônicos, produtos de beleza e outros. Mas nem sempre os vestidos chegam do tamanho certo e do jeito em que aparecem nas fotos. "É sempre um risco", diz Veras.

Apostando na oferta, as noivas fazem o pedido com antecedência, e muitas não se arrependem. Ribeiro conseguiu uma oferta ainda melhor: ela pagou apenas R\$130,00. "É lindo e do jeito que eu queria", conta. O pedido chegou no início de outubro, seis meses antes do casamento.

Veras casaria na primeira semana de dezembro e está com o vestido desde junho. Ele custou cerca de R\$ 400,00 e chegou em um mês. Ela também comprou um guarda-chuva e um leque de renda no site, os dois para usar nas fotos. A noiva está alugando o kit rendado como forma de ganhar um dinheirinho a mais para ajudar no casamento. Ela explica que aluga por um preço abaixo do mercado e costuma conseguir clientes toda semana.

CASAMENTO SOLIDÁRIO

Com intuito de realizar o sonho de mulheres que desejam se casar e não têm condições de pagar, o projeto Casamento Solidário realiza até três casamentos por mês. O evento é feito com doações, empréstimos de empresas, pessoas que querem ajudar e principalmente noivas.

O projeto reúne mais de 2.600 pessoas em um grupo no Facebook, no qual as noivas anunciam o que precisam e também o que têm para doar ou alugar mais barato que o mercado.

Rachel Castelo Branco foi a terceira noiva atendida pelo Casamento Solidário e, hoje, é uma das responsáveis pelo projeto. "Dessa forma eu posso ajudar outras noivas que, como eu, têm esse sonho e não têm condições financeiras de realizá-lo".

As pessoas que desejam participar fazem inscrição pelo site do projeto (casamentosolidario.wix.com/projeto) e precisam seguir algumas regras, como ter as alianças e o local para realização da cerimônia e da festa. ♦



Entre uma atividade e outra, Rachel Veras se ocupa com os preparativos do casamento. Itens de decoração e lembrancinhas serão feitos artesanalmente

ALANA MARTINEZ

REAPROVEITAMENTO

GASTRONOMIA CONSCIENTE

Restaurantes de Brasília buscam formas criativas de minimizar o desperdício de alimentos

YASMIM PERNA

A preocupação com o desperdício de alimentos é uma realidade para restaurantes de Brasília que buscam novas formas de descarte e reutilização em seus pratos. Farofa feita com cascas e sementes de melancia e uma caponata de casca de banana (receita que tem berinjela como ingrediente base) são exemplos de pratos do cardápio do restaurante Duo, que pratica a gastronomia sustentável, ou seja, busca a utilização máxima dos alimentos. Na cozinha de Nicolas Fujimoto, responsável pelo estabelecimento, partes que normalmente são descartadas – como talos, sementes e cascas – viram ingredientes principais. “Nós não utilizamos leite de vaca no restaurante. Produzimos um leite vegetal com coco e inhame. O bagaço que sobra é utilizado na produção de uma farofa”, exemplifica Fujimoto.

Sob a ótica da consciência ambiental, além da preocupação com o desperdício e produção de lixo, há quem pense no ciclo do alimento. É dessa forma que o restaurante Supren Verda trabalha o descarte. Os resíduos gerados na produção dos pratos são reunidos às sobras das refeições dos clientes e levados diariamente para a sede da ONG

União Planetária. Lá, por meio do processo de compostagem, são transformados em adubo, que retorna ao restaurante e é utilizado no plantio de hortaliças como couve, rúcula, tomate e alecrim. Além disso, o restaurante não utiliza enlatados e busca comprar direto dos produtores para evitar acúmulo de sacos plásticos. “Nos preocupamos em não gerar lixo. A gente gera resíduos que podem ser transformados e agregados ao solo” explica a responsável pelo restaurante, Vanda Beatriz.

Em relação ao desperdício de alimentos, o Brasil se destaca. “As pessoas descartam um alimento que tem um machucado, uma casca escura, que é aparentemente feio, mas ele tem muito valor nutricional. Não tem valor comercial, mas pode alimentar e matar a fome de muitas pessoas”, explica Ana Paula Jacques, líder do movimento Slow Food Cerrado, que identificou na luta contra o desperdício de alimento uma forma de minimizar danos e o impacto no planeta. O movimento é outro bom exemplo na cidade que busca o consumo consciente. Em dezembro do ano passado, o Slow Food Cerrado promoveu em Brasília o Festival Disco Xepa, que busca sensibilizar as pessoas

ANA GABRIELA BRAZ



O chef Maurílio Virgulino, do restaurante Supren Verda, mostra a salada viva feita com folhas e vegetais vindos da horta que utiliza sistema doméstico de compostagem

“As pessoas descartam um alimento que é aparentemente feio, mas ele tem muito valor nutricional”

de forma prática: “O evento devia ter reaproveitamento de alimentos que iriam para lixo, ser trabalhado de forma lúdica, com música, e todos deviam cozinhar, não só chefs de cozinha e cozinheiros” explica Jacques. O festival, que aconteceu na Ceasa, conseguiu poupar mais de 400 kg de alimentos que iriam direto para o lixo e tem nova edição planejada para este mês.

O Brasil está entre os dez países que mais desperdiçam alimentos, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Os dados para o desperdício em escala global são revoltantes se for considerado que 870 milhões de pessoas passam fome todos os dias. A FAO estima que um terço do que é produzido no mundo é perdido. Isso chega a cerca de 1,7 bilhão de tonelada. Um estudo da ONU recente revelou

que se o desperdício de comida fosse reduzido em apenas um quarto seria suficiente para acabar com a fome do mundo.

Uma dificuldade encontrada por restaurantes, que os impede de doar sobras de alimentos, é a própria legislação brasileira. O estabelecimento é responsável civilmente e pode responder à Justiça caso alguém passe mal ou tenha doença transmitida por alimento que tenha sido doado. Receosos, muitos donos de restaurantes deixam de reaproveitar alimentos, que vão parar nas lixeiras. Esse fator inibe a atuação de bons projetos que acontecem no mundo e demoram para chegar no Brasil, como por exemplo o *Real Junk Food Project*, que surgiu na Inglaterra e já tem mais de 120 filiais pelo mundo, o *ReFood* e o *Fruta Feia*, que atuam em Portugal.

O projeto de lei (número 4.747-98), conhecido como Lei do Bom Samaritano, está há 17 anos aguardando votação no Congresso. O projeto pretende isentar a indústria e produtores alimentares da responsabilidade civil e penal pelas doações. Hoje, alguns chefs de cozinha levantam a bandeira e tentam mobilizar políticos para que o projeto saia do papel. ♦



Caponata é um prato de origem italiana e utiliza berinjela como ingrediente base. No restaurante Duo, é feito com casca de banana

EDUCAÇÃO

SEM ESPAÇO PA

Escolas particulares do Distrito Federal argumentam ter projetos pedagógicos para crianças com

RAFAELLA PANCERI

“O Mackenzie é uma escola que cobra muito das crianças, exige muito, tem muito conteúdo, muita atividade, é uma escola com esse sentido. Será que isso vai atender o seu filho?”, diz uma coordenadora do Colégio Presbiteriano Mackenzie, localizado no Lago Sul, ao ser questionada sobre a possibilidade de matricular um menino com autismo. Na Escola das Nações, no Lago Sul, uma orientadora responde à mesma pergunta assim: “A gente não tem uma estrutura para tratar esse tipo de aluno”. Apesar de a legislação proibir a negativa de matrícula a crianças com autismo ou outras necessidades especiais, escolas de Brasília que cobram mensalidades de até R\$ 4,3 mil rechaçam esse tipo de aluno argumentando, entre outras coisas, que a presença dele não se adequa ao projeto pedagógico da instituição.

A lei que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, publicada em 28 de dezembro de 2012, veta qualquer forma de distinção de autistas. A lei distrital 5.089, de 25 de março de 2013, determina que todas as instituições de ensino “devem estar preparadas para receber o aluno especial, dispondo de corpo docente qualificado para tal, com vistas a atender todas as necessidades do aluno especial”.

O **Campus** fez o primeiro contato com escolas sem a repórter se identificar como jornalista. Questionada sobre se a Escola das Nações matricularia uma criança autista, a funcionária que atendeu ao telefone hesitou. “Você tem de vir falar na secretaria. A gente vai entrevistar e conversar com a família”. Em seguida, começou a falar sobre a estrutura da escola. “A gente não tem uma estrutura para tratar esse aluno, porque aqui é

uma escola bilingue. Vai depender do caso da criança. Às vezes, o bilinguismo não é a questão mais [urgente para o autista]”. A repórter sugere que o aluno autista assista às aulas acompanhado por um monitor. A funcionária discorda: “Não temos monitor, nem pode trazer. Nós não temos monitor pra acompanhar criança ‘inclusivo’, não. A gente tem monitores de sala de aula para um conjunto de alunos”.

No Colégio Presbiteriano Mackenzie, a coordenadora informa que há uma criança autista cursando o primeiro ano do ensino fundamental. “No primeiro ano, a gente tem uma auxiliar dentro da sala. Nos anos seguintes, não tenho essa pessoa”. Ela demonstra ter conhecimento de que de turmas que recebem autistas devem ter número reduzido de alunos. “Nossas turmas são muito grandes. Nossas turmas do quarto ano estão na faixa de 35 alunos. A escola pública é que tem essas salas especiais, onde as turmas são bem menores e é feito um trabalho individualizado”. Perguntada sobre a disponibilidade de vagas, ela fala das expectativas para as ma-

trículas do próximo ano. “Tenho três terceiros anos com 31 alunos. Ano que vem, a probabilidade é de 35 pra cima, porque além de manter essas turmas agora, eu recebo alunos novos. E uma turma que tem criança especial tem que ser menor. Eu não poderia prometer isso para você”.

Durante a conversa, a coordenadora coloca em conflito a tentativa de matrícula e a proposta pedagógica do Mackenzie. “A gente tem que trabalhar muito com a verdade: o que eu posso oferecer pra você e o que você espera da escola, para não criar uma expectativa muito grande”. Ela ressalta o perfil da escola, uma instituição que “cobra muito das crianças”. Ela pergunta: “Será que isso vai atender ao seu filho? Não teria que ter um trabalho diferenciado pra ele, todo um contexto?”. Em seguida, faz um convite para que conheça as instalações. “É bom vir ver pessoalmente, conhecer o espaço, para ter uma noção do que você quer para o seu filho e, em relação ao Mackenzie, o que a gente pode oferecer para você, se o que a gente oferece pra você supre as suas



Tatiana Roque, mãe de um menino de 6 anos com a síndrome de Asperger, em uma sessão de terapia. O menino precisa de um acompanhamento necessário ao filho após matriculado

necessidades e as necessidades do seu filho, antes de tomar qualquer decisão. Entendeu?”

Em uma segunda conversa, a repórter do **Campus** se identificou como jornalista e a reação das escolas mudou um pouco. O assistente de direção do Colégio Presbiteriano Mackenzie, Marco Antônio, se pronunciou a respeito: “A escola é inclusiva com limitações. Não temos estrutura para tratar apenas alunos especiais, como em escolas da Secretaria de Educação. Temos alguns recursos, mas temos restrições. Somos uma escola com intenção inclusiva.”

Já a direção da Escola das Nações afirmou que a entidade sempre foi inclusiva e que há um departamento de admissão para avaliar idade e tipo de atendimento a cada estudante. “Esse processo de entrada vale para qualquer aluno, independentemente do perfil dele”, afirma a coordenadora de admissões Gládis Khodr. Ela também disse que o propósito da inclusão é fazer com que o estudante especial possa progredir. “Inclusão não é ter apenas a criança

SÍNDROME COMPLEXA E MISTERIOSA

Mais comum entre os meninos, o autismo atinge uma em cada 68 crianças. Estima-se que no Distrito Federal haja 60 mil autistas. No Brasil, o número chega a dois milhões. No mundo, existem cerca de 70 milhões de pessoas com a síndrome, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). As causas ainda são desconhecidas. Acredita-se que fatores genéticos e agentes externos têm papel-chave no transtorno, marcado por três características fundamentais: dificuldade de se relacionar e interagir com outras pessoas, atraso na linguagem e na

comunicação e comportamentos restritos e repetitivos.

Há três tipos de autismo: grave, moderado e leve. Geralmente, crianças autistas usam brinquedos de forma incomum, são hiperativas ou muito passivas, têm apego a objetos inusitados, falam pouco ou não falam e possuem dificuldades em lidar com alterações na rotina. O diagnóstico é clínico e deve ser precoce, de preferência até os três anos de idade. Não há cura conhecida, mas intervenções com equipes multidisciplinares podem melhorar a qualidade de vida.

PARA INCLUSÃO

*os diferenciados para alunos e tentam com isso desencorajar a matrícula de
m autismo*

LOYANE ALVES



me, afirma que o colégio Ciman não ofereceu o suporte

em sala”. Além disso, afirmou que a criança com deficiência terá um desafio maior na escola, que ensina inglês e português. “Exigimos uma competência cognitiva muito maior. Isso se estende a todos.”

Procurado, o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal — Sinepe/DF não se pronunciou a respeito da postura de escolas privadas em relação a autistas. Até o fechamento desta edição, a Secretaria de Educação também não se manifestou sobre a maneira como tem sido feita a fiscalização na rede particular de ensino.

TAXA EXTRA

Mãe de um autista de seis anos, Tatiana Roque conta que conseguiu vaga em uma escola privada, mas depois começaram as dificuldades. Ela relata que procurou o Colégio Ciman, na Octogonal, em 2013 e foi informada de que a equipe estava habituada a lidar com alunos especiais. Após a matrícula, entretanto, diz que não foi feita adaptação curricular. Além disso, a escola

não aceitou orientações do psicopedagogo com quem o menino se consultava, segundo Roque. Posteriormente, a escola teria detectado a necessidade de um monitor para o menino e cobrado isso da família. “Quando surgiu a indicação da necessidade de um monitor, a escola me cobrou. Não paguei, retirei ele da escola e coloquei na rede pública”, relata Roque, que é enfermeira e diretora do Moab — Movimento Orgulho Autista Brasil, grupo que desenvolve iniciativas de conscientização sobre autismo no Distrito Federal.

Procurada pelo **Campus**, a diretora do Colégio Ciman Janete Machado negou o acontecimento. “Isso não procede. Na escola, a gente não faz diferenciação e não cobra nenhuma taxa extra para aluno com deficiência.”

A cobrança de valores adicionais para matrícula, renovação de matrícula ou mensalidade são práticas proibidas pela lei distrital que trata de alunos especiais. “A escola deve arcar com os custos do profissional. Se é particular, tem que pagar o preço de ser particular. A única que não pode ser vítima nessa história é a criança”, afirma Afonso Galvão, professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília.

REDE PÚBLICA

Alguns pais e mães de autistas chegam a trocar os filhos de colégio diversas vezes para não abrir mão de duas coisas oferecidas por instituições de ensino: a socialização e o ensino. “Os dois elementos são necessários e complementares”, confirma Galvão. O isolamento do autista é natural e pode ficar mais acentuado com a ausência de apoio — tanto dos psicólogos, quanto dos professores, da sala de aula, da escola como um todo e da família. “Embora o acolhimento seja garan-

tido na Constituição, as escolas não estão preparadas”, afirma o professor.

Na luta por inclusão de qualidade, 83 mães de autistas e pessoas com outras deficiências do DF e outras unidades da federação estão unidas em um grupo chamado Inclusão em Foco. Com reuniões periódicas, a organização surgiu em julho, por iniciativa de Wanessa Ferreira, mãe um garoto autista de seis anos. Ela é uma das mães de autistas que, insatisfeitas com o atendimento escolas privadas, mudam a estratégia e matriculam os filhos na rede pública — apesar de dificuldades como escassez de educadores preparados e de salas com recursos especiais, como o **Campus** mostrou na edição anterior.

O filho de Ferreira estuda em uma turma de integração inversa de uma escola pública do setor M Norte, em Taguatinga. Lá, ele é acompanhado por uma professora, um monitor e mais cinco alunos, portadores de Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) — distúrbio nas interações sociais recíprocas que costumam aparecer nos primeiros cinco anos de idade. O menino já passou por uma escola particular da Asa Sul, quando tinha entre três e quatro anos de idade. Emocionada, a mãe destaca os ganhos em socialização na escola pública. “Receberam meu filho de braços abertos, com muito carinho. As professoras não tinham preparo em relação a autismo, mas tinham boa vontade e iniciativa de inseri-lo entre as crianças.”

Também membro do grupo Inclusão em Foco, Leila Evaristo expõe o que vivenciou ao buscar atendimento para o filho, hoje com cinco anos de idade. No ano passado, ela o havia matriculado em uma escola particular de Samambaia. “Minha experiência foi extremamente ruim. De início, houve uma

recepção calorosa, afetiva. Na prática, foi professor sem experiência, escola sem experiência e sem boa vontade para superar as dificuldades que foram surgindo”, conta.

Hoje, o filho de Evaristo estuda em um colégio público de Samambaia. Por lá, a situação não é muito melhor, mas o local, ao menos, fica próximo da casa da família. Para atender à necessidade do filho, ela decidiu contratar uma psicopedagoga para acompanhar o menino durante as aulas. Leila Evaristo sonha com um mundo melhor para seu filho. Nele, o atendimento público de saúde e o acesso à educação e seriam garantidos. “O olhar sobre o meu filho seria ampliado. Gostaria que a política pública pensasse nele como um indivíduo capaz. Por isso é que a gente briga: para que nossos filhos possam ter tudo aquilo que nos disseram, algum dia, na Constituição, que a gente tem direito pleno de exercer.”

Integrantes do Inclusão em Foco, Leila Evaristo, Wanessa Ferreira e Tatiana Roque defendem que a inclusão seja plena em escolas públicas do DF. O grupo redigiu e pretende encaminhar à Secretaria de Educação do Distrito Federal um documento que solicita participação ativa dos pais nas tomadas de decisão por parte da secretaria. O texto contém sugestões para melhoria no treinamento dado a professores e discorre sobre a função dos acompanhantes terapêuticos e outros temas. O documento também solicita que haja adequação curricular, convênios com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e prioridade na definição de turmas com alunos especiais no início do ano letivo. Por fim, pede que todas as escolas tenham estrutura para acolher crianças com necessidades especiais e que acabe a peregrinação em busca de locais com equipe pedagógica qualificada. ♦

SEXISMO

NÃO É PARA VOCÊ

Alunos sofrem com a falta de preparo de professores para lidar com questões de gênero em escolas

RAPHAELE CAIXETA

“Isto é brincadeira para meninos, seu lugar é na casinha com as meninas”. Foi com essa frase, dita por uma professora, que Stephanie Rodrigues, na época com seis anos de idade, descobriu que apenas brincar não ia ser tão fácil. Nove anos mais tarde, já com 15 e no ensino médio, depois de ser escalada para jogar no time masculino em um campeonato escolar, a aluna escutou de um professor em sala de aula: “Além de não saber jogar futebol, não é boa aluna.” Segundo ela, o professor segue falando que meninas não servem para campeonatos e que ela poderia até se machucar.

Episódios como esses são mais comuns nas escolas do que se imagina. Uma pesquisa divulgada em 2010 pelo Ministério da Educação revela que 20% dos alunos já vivenciaram ou assistiram a cenas em que meninas são humilhadas apenas por serem meninas. O que ocorre é que na maioria das vezes garotas são induzidas a não participarem de atividades tidas como masculinas por serem consideradas menos capazes

“Já chegaram a me chamar de viadinho dentro da sala de aula”

e frágeis. Segundo uma professora do ensino infantil, as brincadeiras na sua turma são separadas entre meninos e meninas porque os meninos são mais agressivos e acabam machucando as colegas nas brincadeiras.

A psicopedagoga Cíntia Torres acredita que esse tipo de separação não faz sentido. “No momento das brincadeiras deve ser incentivado o convívio conjunto e o respeito ao espaço e limite de cada um”. A ideia estereotipada de que meninos e meninas possuem naturalmente temperamentos diferentes é equivocada. De acordo com a psicopedagoga, quando se frisa muito

a fragilidade feminina e a agressividade masculina, principalmente para crianças, o sentimento pode acabar sendo internalizado. “Essa fala enfática de que menino não chora e que menina é frágil pode interferir na formação de caráter e personalidade de criança. Tem que se tomar cuidado com o que fala”.

No caso dos meninos que se envolvem com brincadeiras consideradas femininas, o preconceito vem ligado ao questionamento da sexualidade e à exigência que garotos sejam “fortões” e agressivos. Arthur Menezes, 20 anos, na infância preferia brincar de boneca, com as primas, a carrinhos. Na aula de informática sempre acessava sites de jogos considerados femininos, como montar e maquiagem a Barbie. “Eles (os professores) me induziam a fazer coisas de meninos”, diz. Menezes conta que alguns professores já o obrigaram a jogar futebol mesmo ele querendo jogar queimada, que na época só as meninas jogavam.

Para Cíntia Torres, quando são colocados muitos rótulos e proibições nas brincadeiras infantis acaba-se limitando o desenvolvimento da criança. Segundo ela, é nas brincadeiras que a criança começa a se conhecer, e quando ela é proibida e limitada pode acabar havendo reflexo tanto na formação da personalidade quanto na autoestima. Foi o que aconteceu com Stephanie Rodrigues. “Na época eu pensava que tinha algo errado comigo pelo fato de eu não me dar bem com as meninas, de estar constantemente na Direção por estar apenas brincando. Eu acabei mudando o ‘meu eu’, me tornando mais tímida.”

Ela relembra que desde pequena achava que a atitude dos adultos estava errada, mas que nunca se sentiu confortável para falar sobre isso. Questionada se procurou apoio na família, Rodrigues conta que o pai não a apoiou muito. Como estudava na mesma escola que a irmã mais velha, sempre se queixava para ela. Numa dessas vezes, a irmã contou para a mãe, que procu-



“Ouvi de muitas pessoas que eu não era capaz de jogar futebol como os meninos, ou que poderia me machucar. Eu respondia jogando”

rou a professora na época. “A solução que a professora dava pra minha mãe é que eu parasse de jogar com os meninos.” Porém essa nunca foi uma opção para Rodrigues, que sempre se sentiu mais confortável brincando com os meninos.

“No começo eu até tentava me enturmar com os meninos. Um dia eu pedi para a professora para jogar queimada com as meninas. No início, ela achou que seria só aquele dia, mas aí eu fui pedindo toda aula. Ela acabou deixando. Mas eu sofria preconceito por parte dos alunos. Já chegaram a me chamar de viadinho e boiola dentro da sala de aula, só porque preferia jogar com as meninas”, relata Matheus Carvalho, 19 anos. O episódio aconteceu no ano passado, em uma escola particular localizada no Plano Piloto.

“Nós, a sociedade, não estamos prontos para aceitar diferenças. O professor também não está”, diz Maria Marqueza, vice-diretora de uma escola pública de Sobradinho. Para ela, o maior obstáculo enfrentado é a fal-

ta de capacitação de professores. Uma das queixas é que cursos de capacitação existem, mas são bastante limitados e os professores não conseguem complementar a formação, o que acaba impedindo que a escola leve essa discussão para os alunos.

Segundo a Secretaria de Educação, as escolas podem desenvolver projetos pedagógicos com a temática de gênero, desde que haja interesse da coordenação pedagógica de cada unidade. A secretaria informa que existe a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação e alguns cursos têm a proposta de discutir gênero.

Em 2013, uma escola pública de Planaltina conquistou o Prêmio Construindo Igualdade de Gênero, da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Foi a única no Distrito Federal a ganhar premiação, pelo projeto Diversidade na Escola. O prêmio teve muita repercussão na época, e muitos alunos relataram que tiveram suas vidas mudadas desde que o projeto foi implementado. ♦

SAÚDE

POR TRÁS DO MEDO

Falta de planejamento e não aceitação da gravidez faz com que mulheres escondam a gestação e não realizem acompanhamento pré-natal

LUANA PEREIRA

A descoberta de uma gravidez costuma ser um momento de grande felicidade para várias mulheres. Mas, quando a gestação não é desejada muitas entram em um processo de negação. Segundo a pesquisa Nacer no Brasil: Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento, realizada em 2014 pelo Ministério da Saúde, 56% das gestantes entrevistadas afirmaram que a gravidez não era desejada. Em casos extremos, a não aceitação da gestação faz com que grávidas escondam a gravidez e não realizem consultas médicas.

Girlane da Silva, operadora de caixa que hoje tem 23 anos de idade, engravidou quando tinha 14 anos e escondeu a até os oito meses de gestação. Na época, a moça cursava a sétima série do ensino fundamental e temia a reação de todos que a conheciam por acreditar que seria condenada por ter engravidado na adolescência. “Quando fiz o teste de gravidez e vi que tinha dado positivo, meu mundo caiu. Pensei mil coisas, inclusive em abortar. Tudo o que eu sentia era medo. Principalmente por não saber como contar aos meus pais. Eles são

evangélicos e muito conservadores. A religião pregar que só podemos ter relações sexuais depois do casamento.”

Alimentando a angústia da reação dos pais e conhecidos, Silva viveu como se a gravidez não tivesse ocorrido. Continuou indo à escola normalmente e não realizou consulta médica durante o período.

Às vezes, o processo de negação é tão grande que a mulher sequer se vê grávida. A gestante cria uma resistência de tal forma que apenas vai lidar com o fato depois do nascimento, de acordo com Lidianne Gonçalves, pesquisadora em saúde da mulher e da criança da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e consultora em direitos sexuais e reprodutivos. “Algumas não fazem o pré-natal, que seria tornar pública a gravidez não desejada, mesmo que seja para um profissional de saúde. Seria como assumir para a sociedade uma gravidez que não quer que exista”, afirma Gonçalves.

O acompanhamento pré-natal consiste no acolhimento periódico da gestante por uma equipe responsável pela avaliação da saúde, para prevenir



Apenas **45%** das entrevistadas desejaram a gestação atual



30% permaneceram insatisfeitas após dar a luz



2,3% revelam ter tentado interromper a gravidez



Pesquisa realizada pela Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) em 2014. No total, foram visitados 191 municípios e entrevistadas 23.940 mulheres

ou detectar precocemente quaisquer situações que venham a comprometer o bom andamento da gestação. “A realização da assistência pré-natal é de extrema importância. Há uma série de cuidados e recomendações que a gestante deve tomar que somente o acompanhamento médico adequado pode orientar”, explica a obstetra Alexandra Oliveira, do Hospital Universitário de Brasília (HUB).

O peso na gravidez também é controlado durante o pré-natal. A gestante não deve ultrapassar o aumento de 12 kg, pois podem surgir problemas como hipertensão, diabetes e retenção de líquidos. A alimentação precisa ser balanceada de acordo com as necessidades para a formação da criança.

Para a médica Alexandra Oliveira, a não aceitação da gestação é um dos motivos que leva mulheres grávidas a não buscarem assistência médica. Lorrane de Souza, de 21 anos, não queria aceitar que estava grávida. Conta que cursava Design de Interiores quando descobriu. “Tinha medo do que meus pais, o pessoal da faculdade, os colegas de trabalho e amigos iriam falar. Foi um período muito difícil. Todo o meu medo se concentrava no que as outras pessoas iriam pensar e em como terminaria a faculdade, em momento algum me preocupei com a

minha saúde e a do bebê.”

Souza também escondeu a gravidez até os oito meses de gestação. “Sempre gostei de usar roupas largas. Já era um pouco acima do peso e a minha barriga cresceu pouco. Não fiz nenhum exame pré-natal e nem queria saber da existência do bebê. Só chorava dia e noite. A imposição de uma gravidez a alguém é algo doloroso. Tive que trancar a faculdade e até hoje sonho em terminar o Ensino Superior.”

A falta de planejamento familiar, a perspectiva de modificar os projetos de vida com a possibilidade de se ter um filho, a paternidade não assumida e a culpabilização das mulheres são alguns dos motivos que levam grávidas a entrarem em um processo de negação da gravidez, segundo a consultora Lidianne Gonçalves. “A maternidade é uma mudança radical na vida dos envolvidos e em muitos casos é uma imposição”, diz a pesquisadora.

Depois do nascimento do bebê, 30% das entrevistadas revelaram permanecer insatisfeitas, de acordo com a pesquisa Nacer no Brasil. Segundo Gonçalves, este dado denuncia um grave quadro: “Ele demonstra uma falha em como a sociedade lida com questões de saúde e sexualidade”, diz a consultora. ♦

LUANA PEREIRA



Girlane da Silva se vestia com roupas largas e calça leggings para esconder a gravidez indesejada, que aconteceu aos 14 anos

MOBILIDADE

SISTEMA CONGESTIONADO

Projeto que surgiu recentemente no DF ainda não foi concluído e já apresenta problemas para a população

RENAN XAVIER

Planejado para ser uma alternativa mais rápida e dinâmica de ligação das regiões do Gama e Santa Maria com o Plano Piloto, o Expresso DF, ou sistema BRT-Sul, apresenta muitos problemas. Inicialmente prometida para o início da Copa das Confederações, em 2013, a conclusão das obras segue sem previsão. Enquanto isso, as maiores críticas dos passageiros giram em torno da falta de organização e da infraestrutura do sistema.

Um dos problemas mais citados pelos usuários envolve as estações que ficam ao longo do Park Way: Oscar Niemeyer, Granja do Ipê e nas quadras 08 e 26. Com obras finalizadas, elas ainda não entraram em operação. Para passageiros como a doméstica Lourdes Pereira, que trabalha na região, usar o Expresso DF ainda é inviável. “Preciso pegar um ônibus comum todos os dias, já que os ônibus do BRT não param na estação mais próxima do meu trabalho. Se essas paradas já estivessem funcionando, seria bem melhor”, diz.

O projeto inicial também contemplava a Candangolândia com duas estações, mas as obras foram interrompidas sem prazo para retomada. Everton Klysnney, morador da região e estudante de engenharia eletrônica do campus do Gama da Universidade de Brasília, afirma que a interrupção das obras prejudica os usuários do local. “Os moradores daqui e das cidades mais próximas sentem enorme dificuldade de ir ao Gama. No projeto do BRT, tinha uma parada na Candangolândia, mas ela não está funcionando, dificultando a vida dos estudantes e de inúmeras pessoas diariamente”,



ALANA MARTINEZ

Tempo de espera e falta de organização nas filas do BRT são algumas das queixas dos usuários que chegam a esperar até 30 minutos, o que foge da proposta do projeto de sistema rápido

afirma.

As constantes mudanças no itinerário e nos horários dos veículos também são reclamações comuns aos passageiros. Além disso, o tempo de espera pela integração com os ônibus que ligam os terminais às cidades desagrada usuários. Para o assistente de obras João Carlos Oliveira, morador do condomínio Porto Rico, em Santa Maria, a integração é o que mais complica na volta para casa. “Teve um dia que já passei mais de meia hora esperando o ônibus. O caminho do Plano Piloto até aqui é ágil, mas para chegar em casa se perde um tempo grande”, afirma.

O DFTrans (Transporte Urbano do Distrito Federal) informou, por e-mail, que as estações ao longo

do Park Way, apesar de já estarem prontas, ainda não foram entregues pelo consórcio responsável pela obra ao DER (Departamento de Estradas e Rodagens). Segundo o DFTrans, essas estações só terão a operação iniciada após o fechamento de contrato com a empresa responsável pela vigilância, manutenção e limpeza dos locais. Esse contrato, de acordo com o órgão, será assinado ainda este ano.

Mesmo com as fundações das estações da Candangolândia já prontas, a Secretaria de Mobilidade (Semob) afirma que as paradas ainda estão em fase de projeto, portanto, não há uma data estabelecida para o início das operações na região. Em relação à expansão do sistema BRT para a região norte do DF (Sobradinho e Planaltina), a asses-

soria afirma que em função de mudanças na pasta o projeto segue sob análise de viabilidade. Em março de 2014, a licitação para a execução dessa expansão foi suspensa pelo Tribunal de Contas do DF pela falta de licença ambiental.

O SISTEMA

O BRT (Bus Rapid System) foi anunciado como uma das medidas de mobilidade do governo de Agnelo Queiroz (PT). Iniciadas em dezembro de 2011 ao custo de R\$ 648 milhões, divididos entre recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do governo distrital, as obras contam com serviços que vão da terraplanagem à construção de viadutos, passarelas e estações de embarque e de transferência de passageiros. Ao todo, segundo o GDF, o BRT atende cerca de 200 mil pessoas por dia.

O sistema é composto por cinco linhas, sendo duas expressas, duas com paradas e uma que liga o Gama às L2 Sul e Norte. Os ônibus, articulados ou não, circulam em corredores exclusivos até a DF-002, via que liga o aeroporto à Asa Sul, onde passam a dividir o Eixão Sul com os demais veículos. No momento, seis estações estão em funcionamento: Gama, Santa Maria, Park Way, Caub, Balão do Periquito e Santos Dumont.

Para o pagamento das passagens, os usuários devem utilizar os vales-transporte, estudantil ou especial. Com a mudança nas tarifas das passagens anunciada no início de outubro, as linhas de integração ficaram mais baratas, passando de R\$ 3 para R\$ 2,25. ♦

Renan Xavier

HISTÓRICO

Dezembro/2011

Início das obras

Junho/2013

Data prevista para a entrega completa do projeto

Abril/2014

Início da fase de testes entre o Gama e o Plano Piloto

Junho/2014

Inauguração da primeira etapa do projeto

Março/2015

Fim da operação de testes do sistema e ampliação do itinerário

Abril/2015

Início da bilhetação eletrônica, com tarifa a R\$3

Obras da segunda etapa do sistema (Candangolândia e Rodoviária interestadual): sem previsão de conclusão



ACESSIBILIDADE

SURDOS GANHAM ESPAÇO

Mais requisitados do que nunca, intérpretes de Libras do meio cultural contribuem para a inclusão da comunidade surda em projetos artísticos

TÁSSIA SARAIVA

Em busca de acessibilidade para diferentes públicos, um número cada vez maior de projetos culturais em Brasília busca incluir em apresentações ou exposições um intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Trata-se do profissional que atua na comunicação entre surdos e ouvintes.

Essa movimentação ganhou força no último ano como resultado de ações do Fundo de Apoio à Cultura (FAC). O programa de incentivo do Governo do Distrito Federal, que oferece apoio financeiro a projetos culturais selecionados por edital, exige o uso de pelo menos duas tecnologias assistivas por parte das produções.

Um dos exemplos dessa mudança é a peça *Encontro às Escuras*, dirigida por Guilherme Monteiro, que esteve em cartaz nos últimos dois meses. O projeto, patrocinado pelo FAC, foi idealizado desde o início com a participação de intérpretes de Libras em todas as 12 sessões, de maneira dinâmica e natural. “Não queria que eles ficassem isolados da encenação porque assim os surdos não conseguiriam acompanhar a peça como um todo. Decidi, então, que eles fariam parte do universo da peça, inclusive em cenas fundamentais”, conta Monteiro.

Outras iniciativas, sem ligações com o FAC, também estão se juntando ao movimento. É o caso do Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), que desde o ano passado inclui intérpretes de Libras em suas atividades de maneira mais regular. Há dois meses, o CCBB contratou a intérprete Tatiana Maximiniano, que atua no meio cultural há 20 anos. Os atendimentos da intérprete são feitos, mediante agendamento, em qualquer atividade do programa educativo do Centro em que exista a demanda de surdos, que são recebidos junto com o público ouvinte. Visitas guiadas e contação de histórias, por exemplo, fazem parte da proposta educativa, que complementa a programação cultural aproximando a arte ao

cotidiano do público. “O nosso objetivo é quebrar algumas barreiras que foram impostas há muito tempo, sempre trabalhando com a inclusão ao invés da segregação. Queremos que eles (os surdos) se sintam pertencentes.”, conta Natália Vinhal, coordenadora de produção do CCBB Educativo.

Ainda que o cenário aponte esses avanços, não é ideal. São poucos os projetos que buscam a acessibilidade por conta própria, e a obrigatoriedade do FAC, apesar de ser vista como

parte dos diretores ainda não pensa na acessibilidade quando concebe a ideia de suas peças, principalmente por não terem contato com a comunidade surda ou com o papel dos intérpretes, portanto tem dificuldade em adaptar um projeto que já está finalizado.

Em algumas dessas produções, o intérprete acaba ficando deslocado, posicionado em cantos onde não vai chamar muita atenção. “Isso dificulta o entendimento do surdo, porque ele tem que escolher entre olhar para esse

estar realmente atuando no local. “Pra eles também é algo novo”, explica.

O primeiro passo para aprimorar a comunicação entre os programas culturais e o público surdo, segundo Tomaz, é promover a divulgação também em Libras e procurar fazê-la em espaços que os surdos geralmente frequentam. “Quando o projeto é divulgado apenas com o uso da Língua Portuguesa, o surdo não necessariamente vai entender que aquele espetáculo é acessível para ele”, conta.

Outra ação de grande importância é tornar o intérprete uma figura definitiva nesses espaços, para que o surdo sinta segurança de frequentá-los. “Se houvesse uma ação definitiva de acessibilidade, os surdos poderiam querer ou não querer assistir algo. Hoje em dia eles não têm esse poder de decisão. Existe a possibilidade de a peça ter intérprete ou não. Se não tem intérprete ele não pode querer assisti-la”, explica Brito.

No DF ainda são poucos os profissionais que atuam como intérprete de Libras e menos ainda os que trabalham no meio cultural. Essa mão de obra é muito especializada porque os profissionais não fazem apenas uma interpretação de uma língua para a outra, e sim uma entre diferentes linguagens, como a do teatro ou a das artes visuais. O intérprete cultural tem que captar a mensagem que o diretor da peça quer passar para a plateia, porque as falas nem sempre têm um sentido literal. “Para interpretar um texto de uma peça teatral, ele precisa ler, estudar e recriar esse texto. É um trabalho muito detalhado e difícil”, conta Brito.

Muitas vagas não são preenchidas por desvalorizarem a atuação desses intérpretes, oferecendo salários muito abaixo do que a categoria considera justo. “Muitas pessoas querem pagar a hora do intérprete como se ele estivesse fazendo uma interpretação simultânea e literal. Na cultura, o profissional tem que ter uma remuneração diferenciada”, argumenta Brito. ♦



Na peça *‘Encontro às Escuras’*, os intérpretes Tatiana Maximiniano e William Tomaz foram convidados a fazer parte da encenação possibilitando o melhor entendimento dos surdos

positiva pela comunidade surda, tem causado transtorno para alguns intérpretes do meio cultural, que acabam participando de produções que não foram realmente adaptadas para recebê-los. “Em 90% dos casos, o intérprete foi contratado apenas para preencher um requisito de edital. Já deparei com situações em que o diretor sequer sabia da exigência e não queria a nossa presença”, explica William Tomaz, intérprete do meio cultural há cinco anos.

Para Marcos Brito, presidente da Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos (Apada/DF), não se trata de uma aversão a essa comunidade minoritária e sim de falta de conhecimento. Segundo ele, grande

canto ou para peça”, comenta Brito. Além disso, são poucas as sessões ofertadas, normalmente em horários com menos público. Porém, Brito acredita que essa mudança é gradual. “Com essa ação positiva do FAC, eles (produtores culturais) já vão começar a pensar na diversidade desde a criação.”

DIVULGAÇÃO

Apesar dos projetos que contam com intérpretes de Libras receberem um público surdo crescente, ainda existem dificuldades na divulgação. Para Natália Vinhal, muitos surdos não têm o costume de frequentar espaços culturais como o CCBB e, muitas vezes, têm receio de o intérprete não

DUPLA DE OURO



ALANA MARTINEZ

CARINA ÁVILA

“Oi, Jéssica. Podemos marcar um encontro para conversar?”. Das duas vezes que fiz essa pergunta a Jéssica Vitorino, jogadora da Seleção Brasileira de *goalball*, a resposta foi a mesma: “Claro. Você chamou o Leomon também?”. Ela e Leomon Moreno, eleito melhor atleta paralímpico do país no fim do ano passado, estão sempre juntos, desde que eram bebês. “Às vezes até pensam que somos namorados”, diverte-se a jogadora.

Os dois têm 22 anos e são deficientes visuais. Jéssica nasceu com catarata congênita, doença nos olhos transmitida pelo pai a ela e a dois de seus três irmãos. Leomon tem retinose pigmentar, que também reduz a visão, assim como os irmãos mais velhos Leonardo e Leandro. As mães dos atletas já se conheciam antes de eles nascerem, pois os outros filhos com deficiência visual estudavam na mesma escola. Como se não bastasse a coincidência de ambas terem dois filhos deficientes visuais, elas engravidaram dos caçulas na mesma época - a diferença de idade entre Jéssica e Leomon é de apenas um mês.

Ainda bebês, ingressaram na mesma pré-escola e são inseparáveis desde então. “No colégio, a gente se ajudava muito. Eu era bagunceiro e ela puxava minha orelha”, relembra Leomon. Ele começou a praticar *goalball* primeiro, incentivado pelos irmãos que já treinavam. A modalidade é praticada exclusivamente por deficientes visuais, e o objetivo do jogo é arremessar uma bola com as mãos no

gol do adversário. Cada time tem três jogadores e todos os atletas usam vendas nos olhos, para igualar quem não vê e quem enxerga pouco.

Na época em que conheceu o esporte, aos 7 anos de idade, o paratleta ainda enxergava bastante. A retinose pigmentar faz com que as pessoas tenham um declínio gradual de visão, porque as células fotorreceptoras (cones e bastonetes) vão morrendo aos poucos e a retina vai se degenerando. Por isso, quando criança, ele era o “guia” dos irmãos e os levava para os treinos. Lá, observava o esporte e resolveu experimentar aos 12 anos, já com baixa visão. Aos 14, começou a competir e, aos 16 recebeu a primeira pré-convocação para a Seleção.

Motivada pelo amigo que tinha passado a vestir o uniforme do Brasil, Jéssica decidiu aceitar o convite de um treinador de *goalball* que estava buscando talentos por escolas de todo o DF. “Fui para um primeiro treino ver como era e não gostei. Mas as meninas que já treinavam imploraram para que eu ficasse, porque elas queriam disputar as Paralimpíadas Escolares (campeonato nacional) e precisavam de atletas”, conta. A jovem, com 16 anos na época, decidiu participar da competição, que lhe rendeu uma medalha de bronze. “Foi uma festa. Depois disso, não quis mais largar o esporte”.

Em 2012, a paratleta foi pré-convocada para a seleção pela primeira vez, contudo, ela nunca havia estado na lista final de convocados até dezembro do ano passado, quando começou a compor de fato o Time Bra-

sil. Moradora do Paranoá, Jéssica foi a única brasileira a integrar a seleção de *goalball* feminina, que levou apenas seis jogadoras para os Jogos Parapan-Americanos de Toronto, em agosto. Assim como ela, Leomon, morador da Ceilândia, foi o único brasileiro entre os seis convocados da Seleção masculina. E os dois voltaram com o ouro.

Agora, o objetivo é continuar apresentando resultados para serem convocados para os Jogos Paralímpicos Rio 2016. Caso Leomon seja chamado novamente - o que é extremamente provável, afinal, o brasileiro recebeu o prêmio de melhor jogador de *goalball* do Brasil -, ele disputará sua segunda Paralimpíadas. O primeiro campeonato internacional que disputou foi justamente os Jogos de Londres, em 2012, nos quais conquistou a medalha de prata.

A lista final de convocados só sai ano que vem, e os brasileiros treinam incansavelmente para manterem o ritmo. Além dos treinos diários em quadra e academia, Jéssica ainda encontra tempo para fazer faculdade de pedagogia. “Meu sonho, desde criança, é ser professora. Eu não brincava de casinha, mas sim de escolinha”, diz a estudante do quinto semestre da Universidade Estácio de Sá.

De acordo com o namorado da jogadora, Igor Carvalho, 19 anos, o que não falta a sua amada é foco para conseguir o que quer. “Ela sempre foi muito esforçada, essa é uma característica muito forte dela”, aponta Igor, também atleta do *goalball*. De fato, é preciso muita disciplina para acompanhar a

rotina diária de Jéssica: treino, banho, estudos, almoço, treino, banho, estudos, jantar, estudos.

Os paratletas conseguem viver apenas do esporte com a Bolsa Atleta que recebem do governo e com a ajuda da Caixa Econômica Federal, que patrocina a seleção. É com esse dinheiro que Jéssica sustenta a mãe, dona de casa, e os irmãos mais velhos (deles, apenas um trabalha). “Quando comecei a praticar *goalball*, minha mãe não gostou muito, porque nunca achou que o esporte desse futuro. Mas, quando comecei a trazer as melhores coisas para casa e ser a que mais contribui financeiramente, ela começou a me apoiar”, conta.

Um dos técnicos dos jogadores, Alex Queiroz, destaca: “O Leomon e a Jéssica são atletas diferenciados não apenas pelo talento nato, mas também pela dedicação de cada um. Não adianta ter talento individual se não tem disciplina”. Segundo Queiroz, os dois atletas ainda são muito jovens e têm bastante potencial para continuar evoluindo. “O Leomon está se cobrando o tempo todo, tentando melhorar o tempo todo. Já a Jéssica sempre consegue fazer aquilo que eu peço, exatamente do jeito que eu peço. Isso faz uma diferença muito grande”, orgulha-se o treinador.

Assim como a companheira de seleção, o melhor paratleta do Brasil também tem uma fã apaixonada na torcida: a namorada Georgiana Lima, de 17 anos. “Ele é muito determinado e tem muita força de vontade. Ainda vai crescer bastante no esporte”, afirma Georgiana, que também passou a praticar a modalidade por insistência do namorado. ♦

Brasília, novembro de 2015

Suplemento CAMPUS

UNIVERSO
PARTICULAR

ardha vrishkāsana

sukha vrishkāsana

108. VRISHK
invertidas sobre os braços
invertidas sobre los brazos y

utthita ard
ēkahasta vrishkās

ESTILO DE VIDA

O MÉTODO DEROSE

*A metodologia polêmica ganhou força também em outros continentes
Estados Unidos*

MAYNA RUGGIERO



Para o coordenador Daniel Suassuna, a prática corporal é só um aspecto do método que engloba atividades de caráter “cultural”

ANA CAROLINA FONSECA E ISABELLE MARIE

A casa no início da W3, com jardim bem cuidado e uma grande placa de madeira com o nome cromado, abriga uma academia de ioga que cobra R\$ 500,00 de mensalidade. Na recepção, atrás da porta de vidro que fica trancada, ecoam os mantras proferidos por alunos e professor em uma sala do subsolo. Lá dentro, o local é chamado de “escola” e os praticantes mais experientes recebem insígnias - pequenos broches de metal com o brasão da marca, que representam a “evolução” do aluno dentro do método. Trata-se de uma unidade do Método DeRose, que reúne elementos de atividade física a práticas que lembram auto-ajuda e religião e forma uma comunidade recheada de polêmica.

As paredes são adornadas com certificados e condecorações recebidos pelo “mestre”, como os alunos e professores chamam o fundador do método. Luís Sérgio DeRose é o brasileiro conhecido mundialmente pela criação do SwáSthya Yôga, metodologia que agrega técnicas milenares baseadas na filosofia antiga e naturalista. O SwáSthya leva o praticante a um estado de bem-estar e contenta-

mento, de acordo com o “mestre”.

O público alvo das escolas do método são pessoas saudáveis e atléticas de até 50 anos. De acordo com o blog de Luiz Sérgio DeRose, os “clientes são das classes A e B. São pessoas cultas, educadas e saudáveis”. Engenheiros, advogados, empresários, atletas e estudantes universitários são os principais alvos.

Daniel Suassuna, coordenador da unidade DeRose da Asa Norte, é enfático quando afirma que o DeRose não é apenas uma academia, mas sim uma escola. “Não é como uma academia em que o aluno faz a aula e vai embora. Aqui damos a formação para que o praticante vivencie isso no dia a dia”, diz Suassuna. Os estudantes fazem também avaliações escritas, mas o instrutor ressalta que os exames são voluntários e servem para que a escola entenda a evolução dos alunos.

Logo nas primeiras aulas, os iniciantes são introduzidos nos ideais de DeRose. Os instrutores contam um pouco da sua história e pedem que os alunos leiam livros sobre a vida do “mestre”. Nos livros estão boa parte dos “ensinamentos”

do fundador. Os alunos aprendem sobre as egrégoras - soma das energias físicas e mentais dos participantes de um grupo -, sobre a não possessividade nos relacionamentos, sobre o vegetarianismo e a importância do respeito aos ensinamentos do “mestre”.

“A performance corporal não é o trabalho que nós fazemos, é um dos aspectos”, ressalta Suassuna. O curso prega que o esforço mental é tão importante quanto o treinamento físico. “O principal é você se aprimorar nas relações interpessoais a partir do seu corpo, sua respiração, seu autoconhecimento.”

A rede de ensino de ioga conta com escolas espalhadas pelo mundo e promete ao aluno mais qualidade de vida e melhor performance, seja no trabalho, nos estudos ou no esporte. “Ensinamos técnicas para melhorar a concentração, administrar o estresse, se aprimorar e se sentir melhor consigo mesmo e com o mundo”, explica Suassuna. O objetivo não é apenas praticar atividades físicas, mas também desenvolver habilidades que levem o praticante a um melhor desempenho em outras áreas e até a melho-

rar o convívio social. Quando um aluno de uma escola viaja, leva uma carteirinha do método e pode frequentar as escolas do resto do mundo. “É quase como um clube. É um espaço cultural que o aluno participa”, conta Suassuna.

O curso é planejado para durar quatro anos. Daniel Suassuna ressalta que muitos alunos continuam a praticar e frequentar o espaço da escola depois disso, já que o método tem material para que o praticante se desenvolva sempre. “Há estudantes que praticam há mais de dez anos”, conta. A regularidade das aulas também depende do aluno e do objetivo ao estudar o método: “Cada perfil tem uma intensidade diferente. Tem gente que vem todos os dias, participa de todas as atividades”.

Atualmente, a escola conta com cerca de 100 alunos, segundo Suassuna. As aulas são em turmas de cinco a dez pessoas, mas Suassuna explica que cada praticante é acompanhado de perto por um instrutor. “Ele conversa com o aluno, sabe como é o dia a dia, os desafios que ele enfrenta e como o método pode contribuir para o aprimoramento dele”, afir-

PARA ALÉM DA IOGA

*e hoje conta com unidades e alunos que compartilham da filosofia nos
os e na Europa*

ma. Não há vagas abertas, mas os interessados preenchem solicitações de matrícula e aguardam na fila de espera. O caminho é mais curto para quem já conhece algum dos alunos. Com a indicação de um praticante, é possível “furar a fila” e fazer uma semana de aulas experimentais.

Os alunos são estimulados a identificar amigos e familiares que possam se dar bem com o método e levá-los para frequentar a escola. A preferência é por homens entre 15 e 40 anos, saudáveis e “de bem com a vida”, de acordo com o blog do “mestre” DeRose. A ex-aluna R.V. explica que os defensores do método DeRose se esforçam para distanciar a sua imagem do estereótipo do praticante de ioga hippie, “natureba” e sensível. “Eles não querem que as pessoas associem a ioga a uma coisa feminina e delicada, por isso dizem que há mais homens do que mulheres dentro do método.”

A jovem R.V. foi aluna do método por sete anos e se preparava para ser instrutora quando abandonou a escola. “Eu comecei a perceber coisas a que eu não tinha acesso quando era só aluna. Nos festivais você vê muita coisa nos bastidores”, conta. Para se tornar instrutor, o praticante deve participar de cursos e festivais pagos, fechados aos demais alunos. Nessas ocasiões, os futuros instrutores passam dias em imersão, praticando exercícios de ioga e convivendo com praticantes mais “evoluídos” e com o próprio DeRose.

Os praticantes do DeRose são divididos no nível básico, intermediário e avançado. Não existe um tempo certo para permanecer em cada nível e a mudança de estágio varia de acordo com a “evolução” de cada aluno. No início da prática, são ensinados os fundamentos de treinamento respiratório, flexibilidade, tônus muscular e administração do estresse. A partir do nível intermediário, os alunos recebem as insígnias, que são como os graus recebidos nas artes marciais. Os participantes com mais insígnias são os mais “evoluídos” dentro do método.

Todas as sextas, instrutores e alunos se reúnem às 13h para um almoço, apelidado de gourmet pelo coordenador da escola. O evento não é obrigatório para os alunos do curso e é aberto também para convidados. Nos intervalos entre aulas e na sala de convivência, é servido o chai, bebida indiana feita a partir do chá preto, leite e muitas especiarias. “Nós gostamos da comida com gosto forte”, explica Suassuna.

A convivência entre alunos iniciantes, instrutores e praticantes considerados mais evoluídos dentro da metodologia é uma das bases da escola DeRose. Os alunos são estimulados a frequentar a escola não apenas durante as aulas práticas, mas também durante os almoços, encontros e palestras promovidos pelos instrutores. R.V. conta que os instrutores são orientados a estar sempre em contato com os iniciantes, para fazê-los enxergar a escola como uma segunda casa e o grupo DeRose como uma segunda família. “Chega a um ponto em que a escola substitui a sua casa e você acaba convivendo mais com o grupo do que com a sua família”, explica.

A designer gráfica Mariana Henrique, que praticou o método DeRose por alguns meses, conta que se sentia incomodada com o tom “religioso” adotado nas aulas. Para ela, os instrutores “forçavam a barra” ao levar as conversas, antes e depois das aulas, para aspectos mais pessoais, como a insistência para que os alunos não comessem carne nem consumissem drogas. Algo semelhante ao que acontece em igrejas evangélicas. “As coisas acabavam ficando muito sérias”, conta. Hoje, ela faz ioga em outro local e vê muitas semelhanças nos exercícios físicos praticados. Suassuna nega que o método tenha caráter religioso. Segundo o instrutor, toda a cultura DeRose é inspirada na filosofia antiga e naturalista.

Para Suassuna, o DeRose é uma proposta cultural e “acaba se espalhando pelo dia a dia do praticante”. Segundo o instrutor, uma pessoa da família começa a praticar, dá um upgrade no estilo de vida, e toda a família é positivamente afetada.

Não se restringe às pessoas dentro da escola. Além das aulas práticas, a escola oferece cursos como administração do tempo, gerenciamento emocional e alimentação. O espaço é utilizado também para apresentações de música e lançamentos de livros. Daniel Suassuna afirma que, para muitos alunos, a atratividade do Método DeRose está na convivência. “Um aluno contou que o que ele encontrou aqui foi a oportunidade de conhecer pessoas interessantes, trocar ideias e ter uma convivência enriquecedora.”

Dentro da metodologia há, inclusive, um incetivo à prática de “boas maneiras”. Os instrutores são orientados a agir sempre com educação, cordialidade e simpatia. Nos encontros com o “mestre”, todos devem estar bem vestidos e arrumados, para demonstrar seriedade e respeito. “Os instrutores devem se mostrar sempre felizes, mostrar que o método faz deles pessoas boas e ‘de bem com a vida’”, conta R.V.

A ex-aluna lembra que ao final das aulas práticas faz-se uma oferenda de energia ao “mestre” ou ao instrutor. A manasika pújá é feita a partir de uma mentalização de feixes de luz indo

em direção ao “mestre” ou instrutor. O objetivo das oferendas de energia é demonstrar amor, gratidão e lealdade. Além disso, é recomendado realizar ações concretas em prol da figura do DeRose e de sua obra.

“Yôga” e loga

De acordo com o método DeRose, a maneira correta de escrever é o Yôga, no masculino, com Y e acento circunflexo no ‘ô’. A pronúncia deve ser feita com o ‘ô’ fechado, em concordância com o alfabeto devanagari escrita do sul da Ásia.

A especificidade do nome surge de uma necessidade dos praticantes do método de se diferenciarem das demais escolas de ioga. Eles acreditam que a palavra ioga carrega diversos estereótipos, como exercício para acalmar, terapia, exercício para idosos, mulheres, crianças e grávidas. Para eles, o método propõe “um estilo de vida com técnicas e conceitos para maximizar o rendimento na profissão, a alta performance no esporte e aprimoramento nas relações humanas”, de acordo com o blog.

MAYNA RUGGIERO



Insígnias demarcam as hierarquias que separam os alunos mais e menos evoluídos, e o convívio entre os alunos iniciantes e veteranos é estimulado

PERFIL

POR TRÁS DO MÉTODO

Fundador das escolas DeRose acumulou seguidores ao redor do mundo com aulas de ioga, livros e estilo de vida

ANA CAROLINA FONSECA

O título de Comendador, recebido em 2003 da Academia Brasileira de Arte, Cultura e História, é um dos muitos que adornam o currículo do controverso Luís Sérgio DeRose. Desde o início da criação do método, o instrutor acumulou críticas de outros profissionais da área, com questionamentos desde a formação de DeRose até a filosofia desenvolvida por ele - hoje já disseminada para outros continentes por meio de “filiais” da escola, instrutores e livros. Os ensinamentos do “mestre” são compartilhados no blog e nos livros escritos por ele.

Autodenominado desde o início da carreira como “Mestre do Yôga”, o instrutor começou a lecionar no ano de 1960. Ainda na mesma década, abriu sua primeira escola de ioga e publicou o primeiro livro. Nem havia completado 30 anos. Não há notícias sobre como ou quando DeRose começou a praticar ioga - que ele enfaticamente chama de Yôga mas em pouco tempo ele se tornou um dos nomes mais importantes da prática no país. Nas décadas seguintes, fundou a União Nacional de Yôga, o 1º Congresso Brasileiro de Yôga e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Yôga.

Mas foi apenas com a criação do SwáSthya Yôga que DeRose ganhou fama. O SwáSthya é, segundo seus divulgadores, uma sistematização de técnicas antigas de ioga, que pode levar o praticante a um estado de hiperconsciência, bem-estar, saúde e contentamento chamado de samádhi.

DeRose gosta de ser chamado de “mestre” por alunos e instrutores. Ele acredita que é uma maneira carinhosa e respeitosa de o grupo se referir ao fundador do método que praticam. Fora das escolas, o “mestre” DeRose prefere que não se refiram a ele dessa maneira, pois tem medo que o confundam com algum tipo de guru espiritual. Na frente de pessoas de fora do método, prefere que o chamem de

supervisor, professor-doutor, comendador ou companheiro.

Em mais de cinco décadas de carreira, DeRose acumulou uma lista extensa de livros publicados, que fazem parte da leitura dos alunos da escola. A maioria deles foi publicada pelo selo criado por DeRose, o Uni-Yôga. De guias para instrutores de ioga à alimentação vegetariana, os textos, em conjunto, compõem a filosofia pregada nas escolas da rede.

Alguns livros fogem à parte física do método desenvolvido por DeRose. Tratam, por exemplo, de alternativas de relacionamento afetivo, liberdade sexual e poligamia, crime no Brasil. Apesar de dizer no prefácio que não tem o intuito de doutrinar, o livro repete opiniões fortes e categóricas sobre o casamento, tratando o leitor como “você” e usando frases imperativas. O discurso, no final, separa os seguidores de DeRose - “cartas curinga” - das pessoas “normais”. Para o fundador do método, as pessoas se casam

por lavagem cerebral. “Afinal, nem cogitam se há outra opção de relacionamento fora daquele modelo único que a sociedade vigente nos impõe”, escreve em seu blog.

O Comendador DeRose não segue os próprios conselhos: ele já foi casado mais de dez vezes. “Algumas de ‘papel passado’, outras de forma natural”, nas próprias palavras. Apesar disso, ele acredita que o casamento surge por uma demanda feminina. “Quase sempre é o homem que não quer maiores compromissos, porém as mulheres movem montanhas para conseguir o que desejam”, explica DeRose.

DeRose também chama a atenção por dizer praticar e pregar o sexo tântrico, filosofia milenar hindu que consiste numa série de ensinamentos sexuais e espirituais para atingir um prazer maior. O instrutor brasileiro escreveu um livro sobre o assunto, chamado o Hiper Orgasmo, com instruções para exercícios e até recomendações de alimentação. Segundo

DeRose, o consumo de carne animal, por exemplo, diminui a intensidade e a duração do prazer.

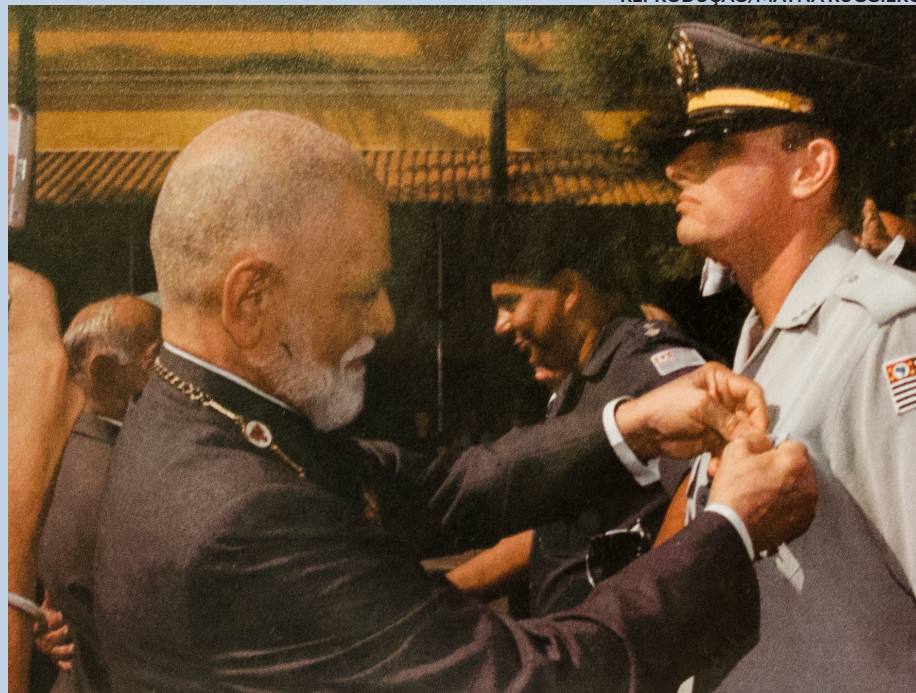
O comendador está envolvido em ações de filantropia e assistência social, mas o seu maior orgulho é “proporcionar aos jovens mais dignidade e lucidez” a partir da pregação de um estilo de vida sem drogas. Para ele, os jovens de classe média praticantes do método DeRose estão protegidos da criminalidade, uma vez que são orientados a não consumir álcool ou outras drogas.

DeRose se orgulha de ter alunos nas polícias militar e civil. Ele declara solidariedade às duas instituições e diz contar com o apoio delas para divulgar suas boas ações na mídia. A relação com instituições militares e com a Defesa Civil de São Paulo já rendeu ao comendador algumas condecorações. Em 2011, recebeu da Rota, modalidade do Batalhão de Policiamento de Choque de São Paulo, a Medalha Heróis do Brasil. No mesmo ano recebeu o Grão-Colar da Ordem dos Nobres Cavaleiros de São Paulo, também da Rota, que é famosa por seus métodos violentos. Em 2010, DeRose recebeu a Medalha da Defesa Civil.

Hoje, DeRose não tem participação muito ativa nas escolas do método. Ele dá apenas uma aula para uma turma de alunos avançados, incluindo instrutores das filiais de todo o Brasil. Os encontros são mensais, em São Paulo. Segundo Daniel Suassuna, instrutor do DeRose em Brasília, o mestre passa o restante do mês viajando e visitando as outras escolas da rede.

A presença de DeRose é forte no Facebook, rede na qual compartilha filosofias do método, mantras e ensinamentos vegetarianos. Os textos são inundados de comentários de alunos que aprovam a metodologia. O Comendador ainda brinca: “Descobri que meu nome está na Bíblia. No Novo Testamento. ‘Jesus rose on the third day.’” ♦

REPRODUÇÃO/MAYNA RUGGIERO



Comendador DeRose condecorando os oficiais da Polícia Militar; a imagem está exposta na recepção da Escola DeRose, na Asa Norte